

DECISÃO

Considerando as atribuições da Entidade Reguladora da Saúde (“ERS”) conferidas pelo artigo 3º do DL nº 127/2009 de 27 de Maio;

Considerando os objectivos da actividade reguladora da ERS estabelecidos no artigo 33º do DL nº 127/2009 de 27 de Maio;

Visto o processo de anulação do registo das entidades registadas nesta Entidade que apenas efectuam transporte de doentes;

I) DOS FACTOS

Estão registados nesta Entidade Reguladora da Saúde as seguintes entidades cuja actividade é apenas o transporte de doentes:

“Transporte Flor da Ria, Lda.” com o NIPC nº 502606460 registada sob o nº 13035 desde 03/11/2006, “Cristalvida – Transportes e Serviços de Ambulância, Lda.” com o NIPC 505397200 registada sob o nº 10073 desde 20/09/2006, “Associação Humanitária de Bombeiros de Parede Amadeu Duarte” com o NIPC 501072977, registada sob o nº 16222 desde 29/12/2006, “Ambulâncias 111 – Serviços de Transporte de Doentes e Sinistrados, SA.” com o NIPC 502757566 registada sob o nº 14025 desde 16/11/2006, “Amovida” com o NIPC 503549860 registada sob o nº 10989 desde 7/12/2006, “Louresmacas Ambulâncias Unipessoal, Lda.” com o NIPC 504027140 registada sob o nº 13709 desde 13/11/2006, “ACL – Ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503213730 registada sob o nº 15385 desde 15/12/2006, “OPTDO – Organização Permanente de Transporte de Doentes Lda.” com o NIPC 503340162 registada sob o nº 13008 desde 02/11/2006, “António Grade, Filhos, Lda.” com o NIPC 503548995 registada sob o nº 12165 desde 23/11/2006, “Azeméis Ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503220973 registada sob o nº 12904 desde 31/10/2006, “T.S.A – Transportes e Serviços de ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503608556 registada sob o nº 12198 desde 04/07/2007, “SNAS, Lda.” com o NIPC 504889915 registada sob o nº 16996 desde 22/02/2007, “Luísa Todi Transporte de

Doentes, Lda.” com o NIPC 506403009 registada sob o nº 17766 desde 07/02/2008, “Luso – Ambulâncias, Serviços Médicos, Lda.” com o NIPC 503034657 registada sob o nº 17797 desde 29/02/2008 e “Transvida – Transportes e Serviços Médicos, Lda.” com o NIPC 503107956 registada sob o nº 18843 desde 14/09/2009.

II) DO DIREITO

Nos termos do artigo 8º do D.L nº 127/2009 de 27 de Maio, estão sujeitos à regulação da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) *“(...) todos os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, do sector público, privado e social, independentemente da sua natureza jurídica, nomeadamente hospitais, clínicas, centros de saúde, laboratórios de análises clínicas, termas e consultórios.”* Ainda de acordo com o artigo 45º nº 1 do supra citado diploma, incumbe à ERS proceder ao registo público dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, nos termos a definir por regulamento ministerial.

Acresce que, na Base XXIII da Lei nº 48/90 de 24 de Agosto – Lei de Bases da Saúde – sob a epígrafe “outras actividades complementares”, é referido no nº 1 que estão sujeitas a regras próprias e à disciplina e inspecção do Ministério da Saúde, e sendo caso disso, dos outros Ministérios Competentes, as actividades que se destinem a facultar meios materiais ou de organização indispensáveis à prestação de cuidados de saúde, mesmo quando desempenhadas pelo Sector Privado. O nº 2 inclui, nomeadamente, o transporte de doentes. Assim, face ao disposto na Lei de Bases da Saúde, a actividade de transporte de doentes é considerada uma actividade complementar à prestação de cuidados de saúde.

Com efeito, se no âmbito do DL nº 309/2003 de 10 de Dezembro o conceito de entidade sujeita à regulação da ERS enquadrava a actividade de transporte de doentes, nomeadamente através do seu artigo 8º nº 1 alínea b), actualmente e com a entrada em vigor do DL nº 127/2009 de 27 de Maio, o conceito de estabelecimento excepciona claramente a actividade de transporte de doentes, como acima referido.

Nesta conformidade, é forçoso concluir que, actualmente e desde a entrada em vigor do DL nº 127/2009, a qual ocorreu no dia 26 de Junho de 2009, a actividade de transporte de doentes, não está sujeita a registo nesta Entidade.

III) DA AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS

A presente decisão foi precedida da necessária audiência escrita de interessados, nos termos do artigo 101º nº 1 do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido chamadas a pronunciar-se relativamente ao projecto de decisão da ERS, todas as entidades acima referidas.

A entidade “Associação Humanitária de Bombeiros da Parede Amadeu Duarte” veio informar a ERS, por ofício com entrada datada de 28/04/2010 sob o nº 04760, nos seguintes termos:

“Em relação à carta de V. Exas. Datada de 16 de Abril, somos a informar o seguinte: A Associação de Beneficência e Socorros “Amadeu Duarte”, por imposição da Lei 32/2007, tem actualmente a designação de Associação Humanitária de Bombeiros de Parede “Amadeu Duarte”.

Quanto ao transporte de doentes ele é levado a cabo pela Associação no exercício da missão do corpo de Bombeiros de que é detentora, conforme o disposto no artigo 3º do DL 247/2009 de 29 de Junho, e, dos seus Estatutos, os quais estão registados no Registo Comercial de Cascais sob o nº 501072977.”

No dia 14/05/2010 e sob o registo de entrada nº 05465, veio a entidade “Transvida – Transportes e Serviços Médicos, Lda” informar a ERS nos seguintes termos: *“Exmos. Senhores., Notificados da decisão provável da ERS de proceder à anulação e não sujeição a registo das entidades cuja actividade seja apenas o transporte de doentes, como é o caso da sociedade de nome Transvida, a qual legalmente represento, vimos desta forma concordar com a vossa decisão em toda a sua plenitude, assim, e porque a transvida procedeu à inscrição e respectivo pagamento já depois de ter entrado em vigor o DL nº 127/2009 de 27 de Maio, vimos muito respeitosamente solicitar a devolução do montante pago a título de taxa de inscrição no valor de €1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco euros), montante este liquidado no dia 08.09.2009 conforme comprovativo em anexo (...).”*

No que respeita às restantes entidades, regularmente notificadas, não exerceram as mesmas o exercício do direito de pronúncia relativamente ao projecto de deliberação em causa.

Em face de todo o *supra* exposto, não resultaram da audiência de interessados realizada factos ou razões susceptíveis de alterar o sentido da decisão proposta.

IV) DECISÃO

Atento o exposto, decide-se anular os registos existentes relativos às seguintes entidades:

- “Transporte Flor da Ria, Lda” com o NIPC nº 502606460 registada sob o nº 13035 desde 03/11/2006;
- “Cristalvida – Transportes e Serviços de Ambulância, Lda” com o NIPC 505397200 registada sob o nº10073 desde 20/09/2006;
- “Associação Humanitária de Bombeiros de Parede Amadeu Duarte” com o NIPC 501072977, registada sob o nº 16222 desde 29/12/2006;
- “Ambulâncias 111 – Serviços de Transporte de Doentes e Sinistrados, SA.” com o NIPC 502757566 registada sob o nº 14025 desde 16/11/2006;
- “Amovida” com o NIPC 503549860 registada sob o nº 10989 desde 7/12/2006;
- “Louresmacas Ambulâncias Unipessoal, Lda.” com o NIPC 504027140 registada sob o nº 13709 desde 13/11/2006;
- “ACL – Ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503213730 registada sob o nº 15385 desde 15/12/2006;
- “OPTDO – Organização Permanente de Transporte de Doentes Lda.” com o NIPC 503340162 registada sob o nº 13008 desde 02/11/2006;
- “António Grade, Filhos, Lda.” com o NIPC 503548995 registada sob o nº 12165 desde 23/11/2006;
- “Azeméis Ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503220973 registada sob o nº 12904 desde 31/10/2006;
- “T.S.A – Transportes e Serviços de ambulâncias, Lda.” com o NIPC 503608556 registada sob o nº 12198 desde 04/07/2007;
- “SNAS, Lda.” com o NIPC 504889915 registada sob o nº 16996 desde 22/02/2007;
- “Luísa Todí Transporte de Doentes, Lda.” com o NIPC 506403009 registada sob o nº 17766 desde 07/02/2008;

- “Luso – Ambulâncias, Serviços Médicos, Lda.” com o NIPC 503034657 registada sob o nº 17797 desde 29/02/2008;

-“Transvida – Transportes e Serviços Médicos, Lda.” com o NIPC 503107956 registada sob o nº 18843 desde 14/09/2009;

efectuando-se, quando aplicável, as correspondentes devoluções dos montantes pagos a título de taxas, por referência à data da entrada em vigor do DL nº 127/2009 de 27 de Maio, 26 de Junho de 2009.

A presente decisão será publicitada no sítio oficial da Internet.

Aprovado pelo Conselho Directivo da Entidade Reguladora da Saúde no dia 02 de Junho de 2010.

O Conselho Directivo